



Anais da Assembléia

Nº 140

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 139ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1980

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado ...
secretariada pelos Senhores Deputados Edilson Alencar e João Mansur.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losse, Fidelcino Toderino, Fiori Luiz, Francisco Escuro, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielso Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Zacheu ...
Pugliesi, Werner Wanderer, Wilsen ...
Squarezi (50)

legal, o Sr. Presidente

declara aberta.

1.º SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga) ... proteção
de Deus iniciamos nossa sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — pro
anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRE ... promove à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Telegrama:

Nos seguintes termos:

"COMUNICO VOSSÊNCIA CONGRESSO NACIONAL
REALIZARA PROXIMO DIA 18 CORRENTE SESSÃO SOLE-
NE COMEMORATIVA SESQUICENTENÁRIO
REUNIÃO CONJUNTA REALIZADA PERIODO 17 A 20
NOVEMBRO 1983 PT SOLENIDADE CONTARA PRESENÇA
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE REPUBLICA PT
DENTRO POSSIBILIDADES SOLICITO VOSSÊNCIA COMU-
NICAR MEMBROS AUGUSTA ASSEMBLEIA MEMORIA
ESTE IMPORTANTE EVENTO LEGISLATIVO BRASILEIRO
PT

LUIZ VIANA FILHO

PRESIDENTE CONGRESSO NACIONAL

— Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos à Igreja Messiânica Mundial, pela criação

do Grupo Escoteiro Messiânico de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Sendo objeto principal do escotismo "a formação do caráter do indivíduo e futuros cidadãos, através do contato com a natureza e a promessa de bem servir ao próximo", o movimento é símbolo de uma geração feliz.

Por isso, quando a Igreja Messiânica abre suas portas para um novo grupo de escoteiros, aplaudimos com alegria a iniciativa, pois representa a valorização do jovem, colocando-o no caminho certo da vida.

O novo grupo é chefiado por Sônia Maria de Araújo Moura, que também comanda os Lobinhos.

O Grupo de Escoteiros Messiânicos nasceu com oito escoteiros e onze lobinhos, além de oito chefes escotistas. No próprio juramento o escoteiro prega: "colocar a Deus acima de tudo que há na terra, e depois à Pátria e o próximo".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao Movimento de Organização Cristã (MOC), da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, do Bairro Vila Fanny, pela realização e coordenação do "II Festival de Música Sacra".

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Reunindo 14 paróquias e quatro seminários, o "II Festival de Música Sacra" apresentou um total de 28 canções, revelando diversos excelentes compositores jovens.

Durante quatro horas as músicas desfilarão diante da Comissão Julgadora, terminando por apresentar a criação "VEM", de Tile e Lile como a vencedora dos itens "mensagem" e "interpretação".

Sob a coordenação do JEM (Movimento JUVENTUDE EM MARCHA), a reunião contou com centenas de pessoas, numa promoção cristã do maior brilho. Uma festa admirável sob todos os aspectos, pois mostrou a força dos jovens unidos, numa competição em que o vencedor ganhou sem derrotar; venceu sem ferir ninguém.

Outras músicas mereceram destaque: "O Rebanho", "Libertação", "Core-Tuba", "Nosso Mundo Adolescente", "Panela de Opressão", "Em Tuas Mãos", "A Procura" e "Deus Conosco".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar urgente pedido de providências à Secretaria dos Transportes, para que determine a imediata construção do TREVO DE ACESSO, na BR-373, na confluência da via de acesso Aeroporto-Cidade de Pato Branco, tendo em vista as precárias condições de tráfego naquele local, responsável direto pelas inúmeras colisões de veículos e atropelamentos que deixam saldo trágico.

Que da decisão comunique-se ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Departamento de Estradas de Rodagem DER, bem como ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Pato Branco — PR.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1980.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A falta de um TREVO DE ACESSO no cruzamento da via que faz a ligação AEROPORTO — Cidade de PATO BRANCO, na BR-373, tem sido a causa de inúmeros acidentes fatais, com perdas de vidas humanas e incontáveis prejuízos materiais, como saldo dos constantes acidentes de tráfego exatamente pela deficiência de sinalização e local apropriado para manobras de veículos.

Ademais, a proximidade do Estádio de Futebol Governador Ney Braga, de propriedade do Pato Branco Esporte Clube, propicia intenso movimento nos dias de jogos, fazendo com que verdadeiras catástrofes venham ocorrer se o fluxo de tráfego pesado não seja devidamente alertado para a massa de veículos e pessoas que são obrigados, à saída do Estádio, utilizarem-se da BR-373, única via de acesso à cidade de Pato Branco.

Por outro lado, não será de grande monta as obras a serem realizadas. Daí porque, a injustificável permanência de tal estado de coisas que ceifa vidas e causa prejuízos de ordem material.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública, contendo "Pedido de Informações" com respeito ao bárbaro crime cometido por policiais da Furtos de Veículos, que vitimou o jovem PEDRO DOS SANTOS, de 21 anos de idade.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

JUSTIFICATIVA:

Considerando o grave erro cometido por pessoas que se identificaram como agentes da Delegacia de Furtos de Veículos, responsáveis pela morte de um jovem estudante de 21 anos de idade.

Considerando que dias atrás agentes da mesma delegacia balearam um inocente que estava em uma motocicleta.

Considerando que dias atrás elementos da Delegacia de Entorpecentes (CLT) mataram uma moça (Maria de Lurdes) em São José dos Pinhais, usando de uma ação violenta e descaída de qualquer argumento lógico.

Considerando que no último sábado outro grave erro foi cometido por policiais, quando perdeu a vida o jovem Pedro dos Santos, perguntamos:

1. Quantos automóveis comuns (desbaratinados), sem identificação policial, existem à disposição das delegacias?
2. Esses automóveis estão autorizados para utilização apenas em investigações ou também nas rondas normais?
3. Existe autorização para que esses carros sejam usados também no período noturno e até na madrugada?
4. O Volks branco usado pelos policiais que mataram o estudante estava realmente à serviço da Delegacia de Furtos de Automóveis?
5. O Volks branco em referência é de propriedade da Secretaria de Segurança (Governo do Estado), ou é de propriedade particular?
6. As pessoas que atiraram contra a Brasília AG-7749, dos estudantes, eram realmente policiais? Trabalham como agentes, motoristas, CLT ou delegados?
7. Já foi identificada a arma que disparou contra o estudante

Pedro dos Santos, matando-o friamente?

8. O Volks branco que conduzia os elementos que mataram o estudante estava realizando uma ronda, investigação ou à serviço particular, no Bairro de Santa Quitéria, na madrugada do crime?

9. Já que na noite anterior da ocorrência, nenhuma queixa foi registrada contra roubo de carro de marca Brasília, qual o fato que levou os policiais à perseguição e uso de violência contra os indefesos estudantes?

10. Existe orientação da Diretoria da Polícia Civil ou dos próprios delegados de especializadas ou distritais, para que, em caso de perseguição, os agentes atirem nos vidros dos automóveis, nos pneus, ou não existe este tipo de orientação, ficando a arbítrio do próprio policial?

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 166/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de São Miguel do Iguaçu, o Distrito Administrativo de APARECIDINHA D'OESTE, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas e confrontações seguintes:

- a) Inicia no vértice PESJ 161-A, da poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, localizado no povoado de Santa Inês, na Sanga Natal;
- b) Segue, na direção sul, a Sanga Natal, até o marco M 533, do INCRA;
- c) Daí, segue em direção ao marco M 416, M 393, M 397, M 394 e no sentido Sudoeste, até o marco M 312, no lagoado das Flores, e continua pelos marcos M 304, M 366, M 367, M 114, M 113, M 294, M 297, M 339 até o M 145, na estrada Jacutinga - São José do Itavó;
- d) Acompanha a estrada Jacutinga - São José do Itavó até o marco M 285 do INCRA, no entroncamento desta estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste;
- e) Daí segue 130 metros, no sentido sudoeste, pela estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste, até cruzar com a poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, no vértice PEO 1142;
- f) No vértice PEO 1142, segue na direção sudoeste, a poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, no vértice PEO 900, na divisa com o Município de Medianeira;
- g) Acompanha o limite municipal, na direção noroeste, até encontrar novamente a poligonal envolvente de Itaipu-Binacional, em proximidade do vértice PESV 510;
- h) Segue a poligonal envolvente, no sentido decrescente da numeração PESJ, até o vértice PESJ 161-A, ponto inicial deste perímetro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1980.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Um acentuado desenvolvimento sócio-econômico tem sido ultimamente a tônica constante nas localidades do Município de São Miguel do Iguaçu, ressaltando-se entre esses a localidade de Aparecidinha do Oeste, ora objeto desse projeto de lei, que a transforma em Distrito Administrativo.

Visando atender e amparar o desenvolvimento da comunidade em questão, o Prefeito Municipal Albino Bisso Lotti, enviou representação à Câmara Municipal de Vereadores, que aprovada, tornou-se o Decreto Legislativo 03/80, aprovando a criação do Distrito de Aparecidinha do Oeste.

Ainda segue em anexo, a documentação necessária que comprova as exigências previstas no Art. 9.º da Lei Orgânica dos Municípios.

PROJETO DE LEI N.º 167/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado no Município de São Miguel do Itavó o Distrito Administrativo de SÃO JOSÉ DO ITAVÓ, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas e confrontações seguintes:

- a). Inicia no vértice PESJ 161-A da poligonal envolvente da Itaipu-Binacional, localizada no povoado Santa Inês na Sanga Natal;
- b). Segue, na direção sul, a Sanga Natal até o marco M 533, do INCRA;
- c). Daí, segue em direção do marco M 416, M 393, M 397, M 394, e no sentido sudeste até o marco M 312 no lajeado das Flores, e continua pelos marcos M 307, M 366, M 367, M 114, M 113, M 294, M 297, M 369, M 339 até o M 145, na estrada Jacutinga-São José do Itavó;
- d). Acompanha a estrada Jacutinga São José do Itavó, até o marco M 285, do INCRA, no entroncamento desta estrada com a estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste;
- e). Daí, segue a 130 metros, no sentido sudeste pela estrada que liga Jacutinga a Aparecidinha do Oeste, até cruzar com a poligonal envolvendo da Itaipu-Binacional, no vértice PEO 1142;
- f). Do vértice PEO 1142, segue em direção sudoeste, passando pelo marco M 1375, até o vértice PEI 328, e segue ao norte, até o PEI 1;
- g). Passa para a numeração PESJ 1 da poligonal envolvente e acompanha no sentido crescente da numeração até o vértice PESJ 161-A, ponto de partida deste perímetro.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1980.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Um acentuado desenvolvimento sócio-econômico tem sido ultimamente a tônica constante nas localidades do Município de São Miguel do Itavó, ora objeto deste projeto de lei que a transforma em Distrito Administrativo.

Visando atender e amparar o desenvolvimento da comunidade em questão, o Prefeito Municipal Albino Bissolotti enviou representação à Câmara Municipal de Vereadores que aprovada tornou-se o Decreto Legislativo 02/80, aprovando criação do Distrito de São José do Itavó.

Ainda, seguem em anexo a documentação necessária, que comprova as exigências previstas do Art. 9.º da Lei Orgânica dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Cortes) Esta é a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mácio Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Mais lamentável é realmente intolerável o que ocorreu com quatro jovens no último final de semana, um deles assassinado de maneira trágica e cruel.

Ocupando uma Brasília, após deixarem a residência os amigos, foram vítimas da violência policial. Os agentes estavam utilizando um veículo particular (Volks branco) e foram confundidos com assaltantes, pois mandaram o carro dos jovens es-

tacionar, mostrando armas em punho. A confusão foi estabelecida, o motorista da Brasília tentou escapar, quando ocorreu a perseguição, tiros e a estúpida morte de Pedro dos Santos, um estudante de apenas 21 anos de idade.

Um erro, um grave erro de nossa polícia.

Surpreendidos e em pânico com o rigor da ação policial, esses jovens envolvidos no caso foram abalados de forma irreparável. Se esses métodos já são por si mesmo abusivos em relação ao tratamento com delinquentes contumazes eles se tornam nomináveis contra pessoas que têm ficha limpa e, em especial, quando se trata de jovens, cujo único crime se afigura ser o de estarem dando seu passeio de automóvel por locais eventualmente suspeitos.

Toda segunda-feira é a mesma repetição.

Abrimos jornais e falta fôlego diante de tantos homicídios, assaltos, atropelamentos e roubos. A violência está nas ruas, tornando a cidade ensanguentada.

Francamente, as coisas não podem continuar como estão.

Ninguém suporta mais, pois os limites já foram ultrapassados e a paciência do povo já está esgotada. A cada momento a cidade fica mais feroz, mais truculenta. Ninguém sabe mais como agir.

Sai de casa? Fica em casa? Contrata segurança pessoal? Compra cão de guarda? Põe trancas de segurança? Onde está o maior perigo? Na rua ou dentro de casa? A que horas o perigo aumenta? De tarde? De noite ou de madrugada?

No período noturno e pela madrugada, então, nem se fala. O cidadão para o carro e lá vem o assaltante. Quando isso não ocorre, pode aparecer uma viatura policial, travestida de automóvel particular, com agentes atirando contra tudo e contra todos.

Na verdade, mudou o policiamento. Os policiais não mudaram. São os mesmos, recrutados no meio social, desfrutando da mesma importância de sempre.

Acontece que mudaram os métodos, o sistema, o processo, a organização. Uma estrutura de atuação errada, gerando conseqüências que estão aí, bem à vista de todos. Enquanto não mudar o sistema, o crime continuará nas ruas, solto e sem constrangimento. O episódio que resultou neste comentário tem muita significação: os jovens estão numa idade de aprendizado. E para que aprendam bem a respeitar a lei e as autoridades, é preciso que estas se façam respeitar, deixando de ser instrumentos de violência e ilegalidades, muitas vezes fatais para suas vítimas inocentes.

Sr. Presidente, era este o pronunciamento, pedindo apoio dos demais Srs. Parlamentares, para o pedido de informações que encaminho à Casa, à Secretaria de Segurança Pública, com respeito a esse fato, com dez perguntas que considero da mais alta importância.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Cortes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 15 de novembro próximo passado, há dois dias, portanto, na cidade de Londrina, o PMDB, Partido ao qual tenho a honra de pertencer, juntamente com uma dezena de entidades sediadas naquela cidade, promoveram um ato público de protesto e de repúdio pela prorrogação das eleições municipais, que, se nós vivêssemos no regime democrático, seriam realizadas neste dia 15 próximo passado.

E também para formalização do lançamento do Comitê Pró-Constituinte.

E essas entidades elaboraram um documento que tomo a liberdade de proferir a leitura nesta tarde, para que conste nos Anais desta Casa, constantes dos seguintes termos.

(Lê):

"A bandeira da Constituinte vai tomando corpo no cenário político brasileiro.

O grande número de pronunciamentos e a adesão de variados setores da sociedade, como partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, Igreja, OAB, UNE, CONTAG e ABI, demonstram que a crise está levando a sociedade, através de seus canais de expressão e representação, à procura de uma saída, que a nosso ver, está na História.

Sempre que um regime se transformava em camisa de força trancando o processo de evolução da sociedade, o superávamos através da convocação de uma Constituinte.

Assim passamos do Império à República, assim passamos pela República Velha, assim ultrapassamos o Estado Novo e assim haveremos de vencer o 1o. de abril.

A constituinte é uma realidade histórica e historicamente sempre foi um passo à frente.

Enquanto a Constituinte sempre foi a Liberdade, o progresso, a participação popular, o povo nas ruas exigindo seus direitos.

A Constituição outorgada, sempre foi sua antítese sua negação, o anti povo, assim também registra nossa História, que transformar o Congresso por Decreto em Congresso, com poderes constituintes, sempre foi um passo atrás e a usurpação de um Poder que pertence ao povo.

Assim se passou durante o Império, assim aconteceu com a Constituição Facista de 1937, outorgada pelo Estado Novo e assim se deu em 1967, quando o Governo ilegítimo do golpe de 1964 não podendo governar com Constituição Liberal de 1946, embora o tentasse, nos impingiu a Constituição Anti-Nacional de 1967.

Ora, se a Constituição democrática de 1946 não serviu à Ditadura, não vai ser a Constituição da ditadura que vai servir à Democracia.

Aos poucos, a Nação vai percebendo que a "Abertura de Figueiredo" não se presta como substituta da democratização.

A implacável repressão desenvolvida pelo regime desacredita-o perante a população e demonstra aos movimentos populares que a luta por seus interesses específicos e imediatos está intimamente ligada à luta por amplas liberdades políticas.

Em Londrina, o despertar da consciência da importância da luta pela Constituinte, de maneira ampla, conduziu à iniciativa de formação do COMITÉ LONDRINENSE PELA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE LIVRE E SOBERANA.

Os setores democráticos conseqüentes são os que assumem esta proposta, contra as tendências de ou se constituir a farsa de transformar o Congresso Nacional em Constituinte, com a simples finalidade de normalizar a ordem jurídica ou de apoiar a Constituinte com Figueiredo, sem limites ou condições de qualquer natureza.

Fatos recentes como a repressão à greve do ABC, a aprovação da Lei dos Estrangeiros, agressões a parlamentares e populares, a onda de atentados terroristas, demonstram que é impraticável uma Constituinte com ampla participação popular que seja doada pelo regime. É absurdo pensar que o regime possa, por mera generosidade, conduzir um progresso que resultará em sua própria negação.

Daí que a Constituinte terá que nascer da mobilização de amplos setores democráticos e populares, ou será uma contra-facção. Para que ela seja livre e soberana, pressupõe a conquista da mais ampla liberdade política, de imprensa, de organização, de manifestação do pensamento, bem como a revogação da Lei Falcão e da Lei de Segurança Nacional, com a conseqüente desmobilização do aparato repressivo. Somente quando cumpridos estes pré-requisitos, será possível a participação dos setores mais expressivos da sociedade brasileira.

O regime autoritário ainda está presente. Diante dele, devemos aglutinar todos os setores dispostos a lutar contra a ditadura, compreendendo que só o esgotamento da luta contra

ela poderá justificar a alteração das alianças necessárias à conquista das liberdades políticas.

Compreendendo-se também que os objetivos almejados ultrapassam os limites partidários, é preciso contar com as mais amplas forças para a condução da campanha.

Quanto mais cedo vitalizarmos o movimento pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, tanto mais cedo estaremos acumulando forças e isolando o regime, fazendo inclusive reverter-se a tendência à conciliação que envolve determinados setores das oposições.

De nada adiantaria repetir manifestações isoladas e limitadas de apoio à Constituinte Livre e Soberana.

Necessário se faz empenhar todos os esforços numa campanha capaz de mobilizar amplas massas e estabelecer na sociedade uma forte corrente de opinião que se anteponha ao regime, de forma permanente e eficaz. Para isto, é preciso que a campanha pela Constituinte se fortaleça, fundamentalmente no movimento popular, galvanizando toda a insatisfação presente na sociedade e, ao mesmo tempo, vá providenciando níveis cada vez mais elevados de organização política, de modo a consolidar esse esforço.

Conclamamos o povo de Londrina, a cerrar fileiras aderindo à luta pela Constituinte.

Assim nasceu um Comitê.

Por melhores salários e conta o alto custo de vida;

pelo direito de greve;

por autonomia e liberdade sindical;

por amplas liberdades políticas;

contra as multinacionais;

contra a Lei de Segurança Nacional;

Viva a Assembléia Nacional Constituinte, Livre e Soberana".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Cortes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs Deputados.

Apenas para restabelecer a verdade, de que notícias inverídicas, mentirosas, sejam por Deputados desta Casa transmitidas a jornalistas que estão neste plenário, nesta tribuna.

Diz a "Gazeta do Povo" de ontem, em sua página política, o seguinte título: "CURSOS EM PARANAGUÁ".

O Deputado Nestor Baptista informava ontem, que sua solicitação para implantação de cursos de Administração com habilitação em Empresas Comércio Exterior e Hospitalar, Ciências Contábeis e Direito na cidade de Paranaguá, obteve o que?

Aceitação por parte da Secretaria de Educação.

O Parlamentar, diz ele, recebeu ofício daquela Pasta em que o Secretário Edson Machado informava que após análise dos aspectos pertinentes, foi conseqüentemente emitido, a pedido, parecer técnico favorável à criação dos mencionados cursos, e que já se iniciaram com as providências legais a criação dos mesmos — "Gazeta do Povo" de ontem.

Quero contestar porque é mentirosa a notícia. Hoje eu estive naquela Secretaria, e o ofício do Deputado data do dia 22 de setembro, Srs. Deputados. Pasmem. 22 de setembro.

A resposta que tenho em meu poder do Prof. Hiran, Diretor do DAU informava ao Deputado que desde o dia 03, conseqüentemente 19 dias antes do Conselho haver aprovado a implantação dos cursos em Paranaguá.

Isto vale dizer, pela notícia inverídica, que a GAZETA nada tem a ver com isso, a GAZETA publicou o que o Deputado informou, mas para que dúvidas sejam dirimidas, e que a verdade seja restabelecida, já que esse trabalho é nosso de meses passados, é que me encontro na tribuna para que os Srs. Deputados possam aquilatar o que foi escrito no jornal de

ontem, que não corresponde à verdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa não vê o Regimento Interno ferido, nobre Deputado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Eu vejo, Sr. Presidente, "mentiroso", ou essa palavra...
(Tímpanos).

(O Sr. Deputado Nestor Baptista é interrompido pelo Sr. Presidente).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O companheiro José Tavares, levantou há pouco o problema da Constituinte e nós estivemos em Londrina, onde inclusive José Tavares que foi o apresentador do Ato Público, na Concha Acústica, uma multidão incalculável; depois estivemos em Cambé com mais de três mil pessoas, provando que a tese do Prefeito Antônio Belinatti está errada, de que o povo não sabe o que é Constituinte é o caminho para essas mudanças radicais, inclusive com o povo assinando o livro de registro.

Londrina e Cambé, portanto, deram o exemplo de participação popular nos dois atos públicos realizados.

Sr. Presidente, grandes temas nacionais são trazidos a esta tribuna, porém dentro desse processo de organização do nosso povo nos seus mais diferentes segmentos sociais, entendendo que toda a manifestação popular deve ser motivo de apoio por parte desta Casa e dos Srs. Deputados.

Porque, grande parte do povo que se mobiliza e se organiza, não tem, infelizmente, uma tribuna e não tem principalmente a grande imprensa. Nós trazemos aqui o registro da Casa e dos Srs. Deputados, uma carta aberta à população, que nos foi entregue por ocasião do ato público pela Constituinte em Londrina. Uma carta aberta de gente simples, de gente humilde, mas de gente que luta por seus direitos. (Lê):

"Nós, moradores das favelas de Londrina, estamos numa luta há três anos para conseguir melhorias para a nossa vida e hoje lutamos pela posse dos terrenos onde moramos. Nós somos trabalhadores; muitos de nós viemos da roça e vivemos numa situação muito precária, e difícil. Somos nós que criamos as riquezas do País e mesmo assim, não temos nenhum pedaço de terra para morar.

Muitas vezes fomos à Prefeitura de Londrina e à COHAB para reivindicarmos nossos direitos. O que recebemos foi só promessas. Estamos sendo enganados, pois o Prefeito fez até um projeto doando os terrenos dos favelados para a COHAB para tirar de suas costas a responsabilidade que tem de acertar a situação dos terrenos do povo da favela.

A gente procura solução na COHAB, eles mandam para a Prefeitura. Vamos à Prefeitura, nos mandam para a COHAB, e muitas vezes o Prefeito manda dizer que não está para receber o povo. Ele que se diz um legítimo representante do povo.

Na aprovação deste projeto que doou os terrenos à COHAB, fomos várias vezes à Câmara dos Vereadores, do norte, de caminhão, no frio, e nada foi resolvido. Sabemos agora que isto foi só para acomodar a luta do povo, pois a situação continua a mesma.

O Prefeito Antônio Belinatti foi eleito pelo nosso voto

e tem que atender as nossas reivindicações e hoje queremos, principalmente a legalização dos lotes onde moramos. O direito do povo está tão diminuído que nem votar pode mais, pois o Governo adiou as eleições deste ano, que era mais uma forma de demonstrar o nosso descontentamento com esta situação de miséria e exploração.

Nós, moradores das favelas, vamos continuar firmes na luta, pois a terra é da Nação e a Nação é do povo. Unidos, venceremos, apoiem a nossa luta".

Carta aberta, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, dos favelados de Londrina, numa luta muito antiga para conseguir terras para que possam construir seus humildes casebres.

Dentro de vastos temas nacionais que são abordados nos Parlamentos, a gente precisa encontrar evidentemente, um pedacinho, para que possamos colocar estas reivindicações.

Era isto, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SE. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O regime democrático existe em função do povo e vive para o povo. Sua única fonte de poder. Sem o povo, o regime não é democrático, mas espúrio.

A vontade soberana do povo se manifesta através das urnas. Quando essa vontade é castrada, quando, em lugar da eleição, surge um simulacro de eleição, como a indireta, no sistema que a conhecemos, a democracia não passa de um mito, de mera fantasia.

Um dos maiores atentados ao regime democrático reside, neste momento, na invenção dos prefeitos de nomeação, sob critérios que contrariam a vontade soberana do povo e os interesses de cada município, injustamente enquadrado, para aquele fim, em área de interesse da segurança nacional.

Há uma contradição e um paradoxo na situação que assim se planta.

São muitos, em todo o País, os municípios que não podem eleger seus prefeitos, a começar com os das capitais dos Estados. A alegação é a de que, regra geral, se torna necessária a preservação da segurança nacional. Por que a discriminação odiosa entre prefeitos e vereadores? O povo pode eleger os membros das casas legislativas municipais, e não pode eleger o Prefeito.

A experiência nos mostra, a cada dia, a inconsistência dos argumentos artificialmente armados. Se existe a intenção de combate à corrupção ou a do combate à subversão, temos toda uma legislação a respeito, com punição proporcional à corrupção, ou a do combate à subversão, temos toda uma legislação a respeito, com punição proporcional à gravidade do delito cometido.

Ademais, em cada município, na taxa de fronteira, funciona complexo aparelho de segurança para prevenção e para repressão ao crime, com política civil estadual e federal, polícia militar, unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, agentes do SNI, e dos serviços secretos das Forças Armadas. Não há, pois, por onde fugir à severidade da lei.

Consideramos ainda que, havendo o ânimo de delinquir, tanto faz que o prefeito seja eleito ou de nomeação. Por isso, não será o fato de situar-se o município, sem qualquer compromisso com a população. Dependerá de sua vontade fazer, ou deixar de fazer dispensar ou não, trato lhamo às parcelas da comunidade, acatar ou não, as reivindicações populares. Temos visto casos em que prefeitos nomeados se atritam, desde logo, com as Câmaras Municipais e com o povo, por não precisarem do voto e por terem as costas quentes. O conflito resulta em grave perda para o município.

Somos defensores, portanto, do direito do povo de eleger

em qualquer circunstância, pelo sufrágio universal, os seus governantes e os seus legisladores. Daí, opor-mo-nos à cassação do voto popular, para ser imposta à coletividade de cada município uma administração que ela não escolheu, e que ela não quer. É preciso que a democracia volte a ser uma realidade em nosso país, mediante a extinção do sistema intervencionista nos municípios. Cada município deve gozar de suficiente autonomia política e administrativa. A população de cada município deve ter o direito de eleger o prefeito e os vereadores, em meio da luta política, própria do regime democrático. Não havendo eleição, não há democracia, não há respeito à vontade soberana do povo.

Fala-se, agora, que o governo tenciona retirar alguns municípios da exceção em que têm vivido. A hora não é de favorecer alguns e de impedir que outros alcancem a plenitude democrática. Sejamos justos para com todos.

Imbuído do mais sadio propósito, no intuito de representar fielmente a aspiração do povo, é que apresentamos o presente apelo por ser de total JUSTIÇA."

E é por esta razão, que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, apresentamos a esta Casa, o seguinte requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições legais, REQUER que, após ouvida a Casa, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor João Baptista Figueiredo, DD. Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ibraim Abi-Ackel, DD. Ministro da Justiça, apelando para que todos os municípios paranaenses, ao mesmo tempo que integrados no sistema de segurança nacional, possam ter o direito de livre e soberana escolha de seus prefeitos, juntamente com os respectivos vereadores.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1980.

a) EDILSON ALENCAR"

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno, inscrito. — (Pausa).

Ausente, ao nobre Deputado Renato Bernardi, inscrito. — (Declina).

Tendo declinado, ao nobre Deputado Erondy Silvério, inscrito. — (Declina).

Tendo declinado, ao nobre Deputado Darcy Deitos, inscrito. — (Pausa).

Ausente, ao nobre Deputado Lázaro Dumont, inscrito. — (Pausa).

Ausente, ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito. — (Pausa).

Ausente, ao nobre Deputado Antônio Facci, inscrito. — (Pausa).

Tendo declinado, ao nobre Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

Ausente, a Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os tempos mudam e todos nós devemos nos adequar a eles. O que se fazia em 1960 e não se faz também em 1980.

O progresso aí está; as escolas também aí estão de portas abertas; os cursos que preparam, também aí estão, com as portas, ainda que com muita dificuldade, para os menos privilegiados, mas a escola da vida também continua presente. A escola política também. E por isso me parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o momento seja justamente aquele de se repensar aquilo que foi feito de errado no passado, até os erros do presente e se adequar às necessidades da sociedade, nos dias de hoje.

A melhor maneira de responder a uma falsa agressão, é dar a resposta, tenho a impressão, dentro daquilo que o bom senso e a razão exigem. Por isso mesmo, Sr. Presidente, não com o objetivo de polemizar e rechaçar a agressão recebida a pouco, mas apenas para dizer que a luta para a implantação de novos cursos na cidade de Paranaguá, não começou em 1980, nem em 1979, quanto tive a alegria de vir para esta Casa.

A luta para implantação de novos cursos universitários na cidade de Paranaguá já se estende por muitos e muitos anos.

E não me consta, também, que seja um trabalho apenas de uma pessoa, apenas de um possível dono da cidade de Paranaguá, mas de toda uma sociedade parnanguara, que vem há muitos anos lutando para implantação de novos cursos.

No último mês de setembro, Sr. Presidente, estive na cidade de Paranaguá, numa solenidade de posse do diretório acadêmico da Fundação ou da Faculdade da cidade de Paranaguá, a FUNFAFE, e naquela oportunidade, conversando até com o prefeito da cidade de Paranaguá, com vários vereadores, independentemente de Partido, recebi uma solicitação de que eu poderia me manifestar na Assembleia Legislativa do Estado, solicitando ao Sr. Secretário da Educação deste Estado, que tentasse junto aos órgãos federais, mais precisamente ao Ministério da Educação, a implantação de novos cursos na cidade de Paranaguá, cursos de administração, com habilitação em empresa, comércio exterior e hospitalares, ciências contábeis e direito. Isso no mês de setembro, Sr. Presidente.

Recebi, na última quinta-feira, à tarde, uma correspondência enviada pela Secretaria de Educação do Estado, dizendo que havia recebido o meu requerimento, e que já havia um parecer técnico n.º 145/80, do mês de setembro, inclusive, do qual, por não ser um ligado à Secretaria da Educação, e por não ser também um privilegiado daqueles Deputados que vasculham as gavetas da Secretaria da Educação, eu não poderia ter conhecimento.

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. NESTOR BAPTISTA — E essa resposta me foi enviada no dia 3 de novembro de 1980.

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. NESTOR BAPTISTA — Um instante, por gentileza.

Foi-me enviada esta resposta no dia 03 de novembro de 1980, ou melhor, enviada para esta Casa, protocolada aqui no dia 10 de novembro. E me chegou às mãos exatamente, na última quinta-feira, que foi dia 13 de novembro de 1980. Portanto, não há mentira nenhuma na nota que tive, através de meu gabinete e que passei para os homens dos jornais, em nota publicada na "Gazeta do Povo" do último domingo.

Não aceito a provocação emitida pelo Deputado que ocupou a tribuna há poucos instantes, porque, se alguém pretende que novos cursos sejam instalados na cidade de Paranaguá, acredito que não será através de provocação, provocação que não enobrece este Parlamento, é que se chegará a alguma coisa para ajudar aquela comunidade. Eu lhe concedo aparte.

O Sr. Nelson Buffara — Deputado, não quero provocá-lo. O episódio que envolveu-me com Vossa Excelência, para mim está superado. O que eu estou contestando é uma inverdade, Deputado. E eu provo. O que Vossa Excelência insinuou ao jornal não é verdade. Vossa Excelência mandou um expediente. Em primeiro lugar, não sou dono de Paranaguá, nunca fui. Pedi o testemunho de tantos quantos fizeram política em Paranaguá. Eu, pelo contrário, acolho os meus Pares, os meus antagonistas em Paranaguá, em época de eleição. Já cansei de emprestar kombi com alto-falante para Deputados que faziam campanha comigo em Paranaguá, de outros partidos. Eu também não sou um privilegiado. Raramente vou à Secretaria da Educação, mas fiquei, confesso a Vossa Excelência, irritado com a notícia inverídica de ontem, que eu li em Paranaguá. Eu estava lá por ocasião dos festejos da Nossa Senhora do Rocio e hoje

fui à Secretaria saber o que é que há. Se eu pedi — e Vossa Excelência está colhendo os louros — quem lê a nota tem a impressão exata, Deputado, que foi Vossa Excelência, em função de seu ofício que conseguiu que um parecer favorável fosse exarado pelo Conselho de Educação. Vossa Excelência sabe que o seu ofício é do dia 22 de novembro e o Conselho do dia 03 de novembro tinha aprovado já, Vossa Excelência recebeu. Não estou contestando, Vossa Excelência pode fazer política em Paranaguá, Vossa Excelência é bem visto em Paranaguá, mas, o que não pode é faltar com a verdade para que os que não estão atentos ao problema, pensem que Vossa Excelência foi o autor principal dessa jogada.

Vossa Excelência tem que continuar defendendo Paranaguá com unhas e dentes mas, — é bom que a verdade seja restabelecida.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Não há dúvida alguma, eu disse há pouco e tenho os ofícios em mão da resposta do Sr. Secretário que diz, em data anterior no mesmo mês, a minha solicitação é do dia 10 de setembro e a resposta, o Parecer do Sr. Secretário de Educação é do dia três.

Mas, eu não tinha conhecimento e recebi a solicitação dos Vereadores de Câmara Municipal de Paranaguá, nesta época, entre os primeiros dias de setembro e o dia 10. Não aceito a falta de verdade pelos motivos já expostos. E, vou um pouquinho mais além, não deveria eu e não deve nenhum Deputado desta Casa, porque não falto com a verdade, porque tenho os documentos em mãos, mas, espalhar uma nota que através do pedido do Deputado paranaguara Nelson Buffara, eu Nestor Baptista, declaro que o Sr. Secretário da Educação aprovou uma solicitação para implantação de novos cursos em Paranaguá.

Como também, a luta da anistia foi do MDB, iniciada há muitos anos e quem colhe hoje os louros desta vitória é o Sr. Presidente da República.

Como muitos outros pedidos que são rejeitados quando são solicitados pela Oposição, e depois acabam sendo apresentados pela Situação e fica Situação com os louros. Aí estão as eleições diretas, uma velha ambição do legítimo Partido de Oposição. O MDB, que hoje se transformou em PMDB e que acaba ficando os louros agora para o Sr. Presidente da República, que dá um presente para toda a Nação.

Antes do aparte ao Deputado Gabriel Manoel, eu devolvo a palavra ao Deputado Buffara.

O Sr. Nelson Buffara — O aparte que Vossa Excelência me concede, o segundo, e eu agradeço, é que Vossa Excelência é muito hábil, muito inteligente e conduz com palavras adequadas para que a minha contestação seja dissipada. Insisto em dizer que faltou com a verdade Vossa Excelência se a informação da Secretaria que Vossa Excelência recebeu de que, anteriormente ao seu expediente, já havia sido aprovado pelo Conselho, quem lê a sua nota desavidamente Deputado, vai entender, vai interpretar como todo mundo interpreta. A nota está bem clara, que foi em função do seu apelo que o Conselho aprovou a implantação dos cursos.

Por não corresponder à verdade, estou aqui contestando defendendo um direito que é meu, como Vossa Excelência, amanhã pode fazer a mesma coisa.

Então, Vossa Excelência não deturpe com a conversa, eu não fui agressivo, disse que a notícia é mentirosa, de fato é mentirosa. Vossa Excelência teve o descuidado de transmitir uma notícia que a imprensa publicou, como Vossa Excelência insinuou mas que não corresponde à verdade.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Não tive o descuidado, não. Eu fiz consciente, através do pedido que havia feito. Agora, farei uma próxima nota, pedindo que a sua solicitação foi aprovada. O Deputado Gabriel Manoel tem o aparte.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Nestor Baptista, eu não que-

ria entrar no mérito da celeuma de Vossa Excelência mas, apenas não para defender o Governo, apenas para fazer justiça. Fazer justiça a todos os políticos brasileiros. Porque o problema da anistia, foi um programa conjugado de todas as Oposições e também da Situação.

Como também, das eleições diretas, votaram elementos do PDS para poder dar sustentação ao esquema do Presidente Figueiredo. Votaram elementos do PTB, do PP e também elementos da vossa bancada.

Então, Vossa Excelência não pode avocar ao seu Partido todas as glórias, porque foi um esforço conjugado dos políticos brasileiros, que queriam também as eleições diretas. Perguntaria a Vossa Excelência, ao Paraná, ao Brasil e ao povo consciente, que seria das eleições diretas, que seria da anistia, se não fora a boa vontade do povo brasileiro, a boa vontade dos dirigentes da nossa Nação, a boa vontade dos nossos Governadores, Governadores do PDS que também influíram para isto.

Agora vem Vossa Excelência querer colher os louros da vitória, de um programa de fidelidade ao povo brasileiro traçado pelo Presidente Figueiredo. Como poderia o partido de Vossa Excelência, minoritário, poder dar as eleições diretas numa votação de 436 votos a zero. Será que nós vamos ficar aqui com os ouvidos moucos a escutar as balelas de Vossa Excelência, a evocar todas as glórias, todas as honras para o seu partido?

Temos também o Partido Trabalhista que lutou; temos também o Partido Popular que lutou e temos a maioria esmagadora do nosso partido que lutou e que deu a votação e a sustentação para que o País volte à sua normalidade. E é por isso que eu pediria a Vossa Excelência mais um pouquinho de vênica, mais um pouquinho de cuidado e acuidade no seu pronunciamento porque as glórias não pertencem a partido nenhum. Pertencem ao povo brasileiro e pertencem ao grande Presidente democrata e ao grande Governador que nós temos aqui, que nos dirige com uma mão forte para que o País retorne à democracia verdadeira, sem demagogia. Porque nós, calmos, estamos aqui a ouvir que são Vossas Excelências os salvadores da Pátria, os homens que ensinam, os homens que sabem.

E nós escutamos balelas de Vossa Excelência. Então é isso, Deputado Nestor Baptista. Não queria ser Vossa Excelência mais realista que o Rei. Se não fora a vontade do pessoal do PDS, o nosso pessoal, Vossa Excelência não estaria aí a proclamar aos quatro ventos que as eleições diretas e também a anistia, como também a Lei Falcão que nós haveremos de dissolver, não estaria Vossa Excelência aí sem o suporte da nossa bancada no Congresso Nacional.

Obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Deputado Gabriel Manoel, não foi o PMDB que aprovou as eleições diretas, como também não foi o MDB que transferiu as eleições de 70, de 74, de 78, transferiu eleições para Prefeitos e Vereadores. Não foi o MDB. Como também não foi agora o PMDB o único a aprovar. Não foi um presente dado pelo democrata Presidente que o senhor acaba de destacar. Mas foi a pressão popular. Foi o povo que está exigindo.

Agora, concordo que o PDS, o seu partido tem participado ativamente como os demais partidos também. Como concordo também que 40 milhões de brasileiros hoje estão passando fome, estão morrendo na miséria graças ao Governo que o senhor defende. Como concordo também e acredito que o Senhor assume que a responsabilidade de 109% de inflação cabe ao Governo que o senhor acaba de defender hoje.

Não polemizo, não discuto, concordo na participação que teve o seu partido em dar esse presente do povo poder escolher os seus representantes em 1982. E a resposta virá na urna, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consul-

sulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se deseja fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Às vezes, Sr. Presidente, não se quer usar da tribuna nesta Assembléia e o exemplo seria hoje. Todavia, talvez por provocação subi a esta tribuna para dizer, Sr. Presidente, que não vou admitir mais que se coloquem determinados termos aqui nesta Casa.

Não sou dono da verdade e não admito que outros Parlamentares venham a dizer de que a verdadeira e única oposição neste País é o PMDB. Não aceito, Sr. Presidente, de pessoas que entraram pela janela no Partido de Oposição, o MDB, que venham a esta tribuna dizer que o único partido de oposição neste País é o PMDB. Digo isto, Sr. Presidente, com muita responsabilidade, por participar desde que se criaram os dois antigos partidos, a ARENA e o MDB, desde a primeira hora massacrado, enxovalhado, a vir agora o Deputado Nestor Baptista, que entrou no MDB do jeito que eu sei, a dizer desta tribuna de que o único partido real de oposição deste País é o PMDB.

Quero apenas, Sr. Presidente, fazer esta declaração e não admitir mais que se faça isto aqui dentro. Porque sou homem que durante quinze anos, moço é verdade, mas lutando com sacrifício, brigando pelas causas populares, sacrificando tudo, enquanto outros ficavam em casa, talvez debaixo da cama, Sr. Presidente.

Não posso aceitar o que se disse aqui hoje.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Apenas para dizer a Vossa Excelência que eu, tanto quanto Vossa Excelência, prestei atenção ao pronunciamento do Deputado Nestor Baptista, e não que eu venha aqui fazer às vezes de advogado de defesa do mesmo, mas pelo que entendi quando Sua Excelência se referiu ao único partido de oposição, ele se referiu ao antigo MDB e não ao PMDB. Portanto, tomo a liberdade de ofertar este aparte a Vossa Excelência porque na hora realmente deixou transparecer que o Deputado Nestor Baptista estaria se referindo ao PMDB. Ele não poderia de forma alguma dizer isto, porque ele tem consciência de que existem outros partidos de oposição. Não só o PTB de Vossa Excelência, mas o PDT, o PP e o PT. Existem quatro outros partidos de oposição. E o Deputado Nestor Baptista, ouvi perfeitamente que o que ele quis dizer é ao MDB na condição de ter sido o único partido de oposição a apregoar o reestabelecimento da democracia no País.

O SR. ADALBERTO DAROS — Deputado Tavares, não vou discutir com Vossa Excelência, mas entendi que se colocou no presente, — é o único e eu entendi o PMDB.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado à Liderança do PDS, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo o horário reservado à Liderança do PDS para testemunhar, pessoalmente, o meu respeito e em nome da bancada do meu partido nesta Casa, pelo trabalho desenvolvido pelo eminente Deputado Nelson Buffara para a criação de cursos superiores em Paranaguá.

Todos aqueles Deputados que conhecem a sistemática da criação de cursos superiores no Paraná, ou no Brasil, sejam Deputados da Situação ou da Oposição, sabem que a criação de cursos superiores são atos complexos que dependem da vontade colegiada, ou do Conselho Estadual de Educação, ou do Conselho Federal de Educação. Nos casos de cursos particulares,

ou de cursos federais, a autorização para a criação de curso superior depende de autorização prévia, após verificação de uma comissão constituída de eméritos educadores para verificar as condições locais, as condições sócio-culturais, para a criação de um curso superior.

No caso da Faculdade Estadual de Paranaguá, dependia de uma análise e de um parecer do Conselho Estadual de Educação.

Conheço a luta do Deputado Nelson Buffara há muitos anos, em favor da defesa dos interesses mais legítimos do povo de Paranaguá, e conheço também o brilho e o trabalho dos abnegados mestres do ensino superior de Paranaguá; todos eles, há muito tempo atrás, estão reivindicando a criação de novos cursos na Faculdade Estadual de Paranaguá.

Este processo não é simples, depende da criação de uma comissão na própria Faculdade. A Faculdade leva o assunto ao conhecimento do Conselho Estadual de Educação. O Conselho, após se reunir, após ter um parecer prévio da Câmara Superior do Ensino do Conselho Estadual de Educação, é que verifica se há condições ou não da criação destes cursos.

Portanto, seria praticamente um passe de mágica que alguém conseguisse, por força de um só ofício, conseguir a criação de um curso superior em qualquer escola, sejam Deputados da Situação ou da Oposição. O que é preciso, é fazer como faz o Deputado Nelson Buffara, que não tem privilégio nenhum na Secretaria de Educação, mas que tem sim o privilégio nascido do seu trabalho sério. Não do seu trabalho demagógico, não do seu trabalho oportunista, mas de um homem que tem, a longos anos, lutado em favor de Paranaguá, da educação e do seu povo.

Tendo portando as minhas homenagens ao trabalho do Deputado Nelson Buffara. A Paranaguá, que todo o Paraná conhece; a Paranaguá berço da civilização; a Paranaguá de Bento Munhoz da Rocha; a Paranaguá de Accioly Filho; a Paranaguá de Nelson Buffara; não a Paranaguá de oportunistas; não a Paranaguá de pessoas que querem transfigurar a verdade para benefício eleitoral.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, Vossa Excelência ocupa a tribuna e mesmo não precisando evidente, o Deputado Nelson Buffara, de advogado de defesa, Vossa Excelência como homem isento ao problema de Paranaguá, hoje mais uma vez enfocado, o faz com muita propriedade. Tenho uma contribuição a dar à sua oração, Deputado Luiz Alberto, realmente, a colocação do problema ensino superior é complexa. A coisa ultrapassa toda e qualquer dificuldade que pessoas menos afeitas ao problema possam imaginar.

Talvez hoje, apesar da colocação tão decidida do Presidente da CBF, é muito mais fácil hoje colocar um time no Nacional de Futebol, apesar das normas tão rígidas, do que se criar ou se autorizar um curso superior.

Evidentemente, que se assim fosse tão simples conseguir as coisas, elaboraríamos hoje um requerimento pedindo a Assembléia Nacional Constituinte, que sem dúvida alguma irá acabar com a inflação brasileira. Vai quitar nossa dívida externa, vai fazer com que o feijão seja farto e de preço muito barato. Enfim, todas as situações nacionais que acumuladas nos últimos cem anos da história brasileira, serão solucionadas como num passe de mágica, assim como desta forma também, poderia criar uma Faculdade em Paranaguá.

Quero dar mais um testemunho pessoal. O Deputado Nelson Buffara era então Deputado da Oposição, ele me procurou na Secretaria de Educação e Cultura, — isto em 73, ele como um homem educado, um homem respeitado, sempre o foi, na Situação ou na Oposição, ele procurava-me para interesses políticos referentes a Paranaguá. Ele sempre foi muito bem atendido naquela Secretaria, por nós e pelos demais Secretários que se sucederam; porque todo o homem sério, seja ele de Opo-

sição ou de Situação, merece o maior respeito. O que realmente irrita é a demagogia; porque é muito fácil, eu me lembro bem da campanha de 74, quando tínhamos a televisão direta para todo o Paraná e todo o Brasil, uma campanha democrática que foi aquela e que esperamos, se Deus quiser, nos próximos dois anos, em 82, teremos também televisões abertas, o rádio aberto a todos, que possam levar a mensagem a todos os brasileiros; vimos naquela ocasião homens da Oposição ocupar a televisão e abordarem dez assuntos em cinco minutos. Porque eles faziam apenas títulos — Não entendi bem, se é do Deputado Nestor Baptista eu tive mais votos do que ele, por isso posso continuar falando.

Então, o seguinte, abordavam naquela ocasião, Deputado, dez assuntos da mais alta gravidade nacional, em três minutos. Porque eles titulavam os problemas: a falta de feijão, a miséria do povo, a presença de favelas, a dívida externa, enfim, é muito fácil, e muito tranquilo, apenas lançar títulos no ar; mas eu quero ver as soluções.

Eu concordo e sou um dos críticos da Resolução de 64, os defeitos da Revolução, as atitudes, os resultados que temos hoje, graças a má administração, em muitos aspectos, também nós temos que ter a consciência tranquila, o espírito liberal, de admitir os acertos. Porque quando vem um Deputado falar numa tribuna de uma Assembléia Legislativa, falar que nós estamos vivendo numa ditadura militar, isso é uma mentira, Deputado. Porque ditadura militar não se pode falar em Assembléia, elas estão fechadas. Então, Deputado, eu quero me solidarizar com Vossa Excelência e dizer que realmente quando as coisas são mentirosas, elas irritam nossos ouvidos. E diria que estou plenamente de acordo com a colocação de Vossa Excelência num assunto sério, como é o levado à tribuna, por Vossas Excelências quem sabe, quem conhece um pouco da tramitação deste problema, sabe que realmente não é por um requerimento, que se fará num passe de mágica, a criação de uma faculdade. Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência tem autoridade para falar neste assunto, de vez que já exerceu com brilho o exercício das altas funções de Secretário de Estado. O que entendo realmente necessário que se faça nesta Casa, é que ninguém...

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — ... é que ninguém, quando concluir o raciocínio, concedo. Que ninguém tente tirar, como diz o adágio popular, tirar castanha com a mão do gato. Creio que Paranaguá não tem donos; que Paranaguá não pertence a partido A, B ou C; que Paranaguá não tem um único detentor de mandato parlamentar daquela cidade; Paranaguá é uma cidade que nos fala ao coração a todos nós paranaenses. Paranaguá, berço da nossa civilização.

O que entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que Paranaguá conferiu livremente, no embate democrático, das urnas, o direito ao Deputado Nelson Buffara, em pleitear benefícios para Paranaguá. E é nisto que quero testemunhar o meu apreço e o meu respeito pela sua atuação parlamentar. Porque da mesma forma que o Deputado Luiz Gabriel Sampaio afirmava que o Deputado Nelson Buffara merecia o respeito e admiração quando estava no Partido da Oposição, nós na Situação também temos o direito de levar ao Deputado Nelson Buffara, que se sentiu justamente ofendido no seu trabalho, em favor de Paranaguá, a nossa integral solidariedade.

Não sou advogado de defesa do Deputado Nelson Buffara, nem de acusação do outro Deputado, mas quero apenas que nesta Casa se restabeleça a verdade dos fatos, em favor do conhecimento tão democrático, que o povo do Paraná deve ter a respeito da atuação dos seus parlamentares. Se todos nós que convivemos nesta Casa que é o convívio dos contrários, queremos a democracia, nós devemos ter a consciência tranquila de estar falando neste plenário, a verdade, somente a verdade,

para que o povo do Paraná não tenha a deturpação da imagem parlamentar.

Concedo o aparte ao Deputado Nestor Baptista.

O Sr. Nestor Baptista — Só quero dizer, agradecendo o aparte que o Deputado me concede, que ainda que não seja um técnico em educação, tive a oportunidade de acompanhar o processo de solicitação de toda uma comunidade para a instalação de novos cursos...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência aceita dialogar comigo?

O Sr. Nestor Baptista — Com o maior prazer.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência teve a oportunidade de acompanhar aonde o processo?

O Sr. Nestor Baptista — Em Paranaguá, na Secretaria da Educação, através não do Sr. Secretário, mas através de um outro Diretor da Secretaria que me forneceu cópias. E aí através do Sr. ...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Lamento informar a Vossa Excelência que o processo não tramita na Secretaria de Educação, mas no Conselho Nacional de Educação. O projeto é feito na Faculdade...

O Sr. Nestor Baptista — Mas posso continuar?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pode.

O Sr. Nestor Baptista — Como acompanhei a denúncia do Diretor da Faculdade de Paranaguá, da corrupção que se tentou fazer, quando se pediu dinheiro para poder instalar novos cursos na cidade de Paranaguá. Já fiz esta denúncia aqui, já fiz publicamente, tenho em meu gabinete a cópia da reunião a que se submeteu o Sr. Romeu Stival, Diretor da Faculdade de Paranaguá.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — O Diretor da Faculdade de Paranaguá é um cargo de confiança do Governo do Estado.

O Sr. Nestor Baptista — Quando os funcionários do MEC foram lá, e solicitaram importâncias de até 200 mil cruzeiros para acelerar os processos.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Novamente Vossa Excelência está equivocado.

O Sr. Nestor Baptista — Se me concede o aparte, eu prometo encerrar rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento. E solicita, na forma do Regimento Interno, para não haver discursos paralelos.

O Sr. Nestor Baptista — Pois não. Concluo em trinta segundos, a gentileza do nobre Deputado que se encontra na tribuna.

Se fosse também oportunista político, eu estaria no seu Partido, porque, inclusive perdi, porque fui despedido de duas emissoras de rádio, por não estar no seu Partido e pertencer ao PMDB.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência sabe quais foram as razões que levaram Vossa Excelência a ser demitido? Vossa Excelência conhece as razões e eu trarei aqui.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me concede o aparte ou não?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Os trinta segundos já estão esgotados.

Lamento, não concedo mais. Vossa Excelência sabe que oportunismo político não significa particular de partido da Situação. Significa, às vezes, inclusive, ir para a Oposição sem conteúdo ideológico, sem norma programática, para conseguir o voto do povo e eleger-se Deputado. Estes homens que entraram, como disse o Deputado Daros, pela janela dos fundos do Partido da Oposição, porque se beneficiaram realmente de instrumentos, de homens do Governo, para poder se eleger Deputado, realmente, não têm autoridade para falar na légem-

dária e na tradicional Paranaguá, berço da civilização paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constantes do expediente. Necessitam de Apoioamento. — Apoiados. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 68/80), que concede um abono provisório aos funcionários civis e militares do Estado, para ser pago, somente no mês de dezembro de 1980. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/80, de autoria do Deputado JOSÉ LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel", com sede e foro no Município de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 139/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a "Associação Missionários Servos dos Pobres", entidade com fins filantrópicos, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147/80, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que declara de utilidade pública a "Liga Municipal Piquiguaçu de Futebol", com sede e foro na cidade de Guaraniáçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148/80, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que declara de utilidade pública a "Sociedade Esportiva e Recreativa Metalúrgica", com sede e foro na cidade de Guaraniáçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública a "Associação Educacional Lins de Vasconcelos", com sede e foro na cidade de Cascavel. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a "Sociedade Procopense de Assistência ao Menor — Casa da Criança de Cornélio Procópio". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. — Aprovado, pela Emenda Substitutiva, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 62/80, (Mens. Govern. n.º 65/80), que aprova Convênio n.º 27/80, celebrado entre o Estado do Paraná, o Ministério do Interior, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e a Prefeitura de Curitiba, que com a interveniência e coordenação de órgãos que especifica objetiva

a execução da programação de investimentos urbanos da Região Metropolitana de Curitiba. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 62/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 63/80, (Mens. Govern. n.º 66/80), que aprova o Convênio n.º 01/80, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Iretama, objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 64/80, (Mens. Govern. n.º 67/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte e os Municípios adiante denominados, objetivando estabelecer normas de co-participação, no sentido da aplicação de recursos em obras ligadas à cultura e ao esporte de interesse dos municípios signatários. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria dos Transportes, encarecendo a imediata construção do Trevo de Acesso, na BR-373, na confluência da via de acesso aeroporto-cidade de Pato Branco. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Ato de Organização Cristã, da Paróquia Nossa Senhora Conceição, do Bairro Vila Fany, pela realização e coordenação do "II Festival de Música Sacra". — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à Igreja Messiânica Mundial, pela criação do Grupo Escoteiro Messiânico de Curitiba. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, consubstanciado em pedido de informações, com respeito ao bárbaro crime cometido por policiais da Delegacia de Furtos de Veículos, que vitimou o jovem Pedro dos Santos, de 21 anos de idade. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alercar, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, em forma de apelo no sentido de que seja posto fim ao regime de exceção em todos os municípios paranaenses, ao mesmo tempo que integrados no sistema de segurança nacional, possam ter o direito de livre escolha de seus prefeitos e vereadores. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 134, 136, 139, 147, 148, 149 e 151/80.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/80, e de Resolução n.ºs 61, 62 e 63/80.

Levanta-se a sessão.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO -- CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE OUTUBRO DE 1980

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 -- Tesouraria	4.829.157,74	211.101 -- Venc. e Vantagens Fixas	134.000.000,00
		211.102 -- Desp. Variáveis C/P/Civil	85.600.000,00
EXECUÇÃO DA DESPESA		211.103 -- Contribuições de Prev. Social	3.400.000,00
202.111.11 -- Venc. e Vantagens Fixas	130.835.679,99	211.104 -- Outras Obrigações Patronais	400.000,00
202.111.12 -- Desp. Variáveis C/P/Civil	77.298.214,69	211.105 -- Inativos	41.700.000,00
202.111.21 -- Contribuições de Prev. Social	2.999.796,45	211.106 -- Pensionistas	8.000.000,00
202.111.22 -- Outras Obrigações Patronais	243.189,74	211.107 -- Salário-Família	1.550.000,00
202.112 -- Material de Consumo	6.832.649,30	211.108 -- Outras Transf. a Pessoas	240.000,00
202.113 -- Serviços de Terceiros e Encargos	68.558.606,84	OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.114 -- Desp. dos Exerc. Anteriores	647.201,15	211.201 -- Material de Consumo	6.900.000,00
202.121 -- Subvenções Sociais	27.563.000,00	211.202 -- Serv. de Terceiros e Encargos	58.609.190,00
202.122.1 -- Inativos	50.665.609,36	211.203 -- Desp. dos Exc. Anteriores	650.000,00
202.122.2 -- Pensionistas	10.272.097,44	211.204 -- Subvenções Sociais	27.563.000,00
202.122.3 -- Salário-Família	1.529.311,60	211.205 -- Apoio Financeiro a Estudantes	4.234.000,00
202.122.4 -- Apoio Financeiro a Estudantes	239.520,43	211.206 -- Assist. Médico-Hospitalar	3.500.000,00
202.122.5 -- Assist. Médico-Hospitalar	4.234.000,00	CAPITAL	
202.122.6 -- Outras Transferências a Pessoas	3.500.000,00	201.301 -- Obras e Instalações	19.500.000,00
202.131 -- Obras e Instalações	18.472.148,76	211.302 -- Equip. e Material Permanente	700.000,00
202.132 -- Equip. e Material Permanente	558.780,00	CREDITORES	
CONTAS PENDENTES		212.101 -- Despesas Empenhadas	5.268.127,37
203.101 -- Despesas Diferidas	3.117,94	213.101 -- Despesas Processadas	887.781,22
203.201 -- Outras Contas Pendentes	21.105,50	213.20 -- Folha de Pagamento	3.549.883,48
		CONTAS PENDENTES	
		215.101 -- Outras Contas Pendentes	370.804,55
TOTAL DO ATIVO	409.303.186,93	RESTOS A PAGAR	
		216.10 -- Empenhadas	658.847,44
		216.209 -- Processadas Creditores	- 0 -
		216.30 -- Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 -- Proces. Folha de Pagamento	- 0 -
		CREDITORES DIVERSOS	
		216.405 -- Consignações	2.021.552,87
		TOTAL DO PASSIVO	
			409.303.186,93

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO" em 06 de novembro de 1980.

DIRETOR FINANCEIRO

CONTADOR GERAL